

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.703 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2003

## MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS

Aumenta o prazo para venda de soja transgênica

Nova estrutura do Executivo volta a exame da Câmara

### Cartão garante a compra de alimento por família pobre

Projeto de lei de conversão da medida provisória que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação foi aprovado ontem pelo Senado. O programa, já conhecido como “cartão-alimentação”, consiste na distribuição de benefício financeiro para cada membro de família que não tenha condições de assegurar alimento todos os dias, em quantidade e qualidade adequadas.

Polícia Federal amplia efetivo em 3 mil cargos

Autorizada secretaria para promover igualdade racial

PÁGINA 3



Antes da votação, Comissão de Assuntos Econômicos sabatinou os escolhidos para a ADA

### Comissão aceita nomes indicados para dirigir agência da Amazônia

PÁGINA 6



Lúcia Vânia (com Papaléo Paes) foi eleita presidente da CAS, que votou anistia para agroindústria

### Agroindústria pode ser anistiada de débito gerado por lei inconstitucional

PÁGINA 5

## Programa do Interlegis permite interrogatório por videoconferência

PÁGINA 2

## Paim contesta matéria sobre escuta telefônica

Em nome da Mesa do Senado, o vice-presidente, no exercício da Presidência, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou em Plenário que o Supremo Tribunal Federal (STF) foi o destinatário cabível da notícia-crime tratando das suspeitas de ilegalidades em escutas telefônicas ocorridas na Bahia. Por meio de nota, Paim contestou o entendimento, veiculado pelo *Jornal do Brasil*, de que a notícia-crime deveria ter sido remetida diretamente ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

A medida deu prosseguimento às investigações realizadas pelo Conselho de Ética para verificar eventual participação de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio dos grampos. No conselho, foi vitoriosa a tese de que se instaurasse processo para cassar o senador. A Mesa entendeu que, havendo suspeita de crime comum, caberia ao Supremo verificar a necessidade de processar o senador. Essa tese acabou confirmada pelo Plenário.

## Diretor de liceu é homenageado por Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) registrou ontem o centésimo aniversário do presidente do Liceu de Artes e Ofícios, escola carioca de ensino médio e profissional, Sílvio Viana Freire. O senador salientou que o homenageado devotou 60 anos de sua vida ao liceu, onde comparece diariamente para trabalhar sem receber qualquer remuneração. "É uma vitalidade sustentada pela dedicação à arte de ensinar", afirmou.

Saturnino disse que o liceu enfrenta dificuldades e conta com pouco apoio oficial. Ele apelou às autoridades do Rio para que "olhem por essa instituição".

# Presos são interrogados por meio de videoconferência

Evento promovido pelo Interlegis possibilitou que juíza, presente em fórum na capital paulista, ouvisse réus em presídio no interior do estado

O Interlegis, programa do Senado Federal que visa à integração do Poder Legislativo no país, promoveu ontem, com o governo de São Paulo, uma videoconferência que interligou o Centro de Detenção Provisória (CDP) do bairro de Belém (SP), a Penitenciária de Presidente Bernardes e o Fórum da Barra Funda, na capital paulista, onde foi realizada uma audiência com integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O sistema de videoconferência permitiu que o interrogatório dos réus e testemunhas fosse feito sem o deslocamento dos envolvidos.

Em Brasília, estiveram presentes para assistir à videoconferência os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Demostenes Torres (PFL-GO), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Serys Slhessarenko (PT-



Senadores e autoridades acompanharam, em Brasília, a realização da videoconferência

MT), além da deputada Denise Frossard (PSDB-RJ) e outras autoridades. Em Barra Funda, esteve presente o secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa.

O julgamento foi sobre o processo movido contra Marcos William Herbas Camacho e mais 13 réus ligados ao PCC. A principal testemunha de acusação, José Márcio Felício, abordou as denúncias que fez contra seu antigo parceiro sobre participação em pro-

cesso de formação de quadrilha. A juíza Carmem Lúcia da Silva presidiu a audiência.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) e o Interlegis utilizaram tecnologias de última geração, tais como *link* de comunicação de alta velocidade, imagem em tempo real, telefone

IP, impressora e *scanner*, para que os documentos assinados pudessem ser transmitidos.

Segundo os organizadores, o deslocamento de presos para audiências e julgamentos mobiliza semanalmente quase 5 mil policiais e consome cerca de R\$ 550 milhões, por ano, em São Paulo. Com a videoconferência, os recursos poderão ser aplicados em equipamentos e viaturas e os profissionais podem reforçar o policiamento preventivo e ostensivo.

## Congresso apóia luta contra abuso sexual

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) participou ontem de solenidade contra o abuso e a exploração sexual de crianças, promovida pela Câmara dos Deputados. A senadora coordena, no Senado, a Frente Parlamentar da Criança, do Adolescente e da Juventude. As atividades realizadas no Congresso Nacional fazem parte da mobilização da semana do 18 de maio, instituído como dia nacional para a luta contra a violência sexual, devido ao assassinato, nessa data, no ano de 1973, da menina Araceli Cabrera Crespo, num ritual de drogas e sexo em Vitória (ES).

— Lamentavelmente, crimes

como o que matou a garota Araceli, em Vitória, continuam acontecendo no Brasil diariamente. É preciso chamar a atenção de toda a sociedade para a necessidade urgente de combater esse tipo de violência, que é

uma das mais perversas formas de violação dos direitos da infância — disse Patrícia Saboya, que é autora, juntamente com a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), do requerimento para



Patrícia Saboya (segunda à direita) em solenidade realizada na Câmara dos Deputados

a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito objetivando investigar as redes de exploração sexual de meninos e meninas existentes no país. A iniciativa já foi aprovada pelo Congresso Nacional.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2003

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

Quinta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: PLS nº 239/02 que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917/73, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no estado do Espírito Santo; PLS nº 169/01 que altera dispositivo da Lei nº 9427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e PLS nº 34/01 que altera a redação do artigo 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água residencial unifamiliar.  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 575/99 que altera a Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária para instituir o serviço de televisão comunitária; PLS nº 188/02 que acrescenta parágrafo ao artigo 46 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca da elaboração dos editais dos processos de seleção aos cursos de educação superior; PLS nº 41/03 que torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar; PLS nº 70/03 que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria; PLS nº 221/02 que adota o tuiúú como ave símbolo do Brasil; PLS nº 121/03 que altera dispositivos da Lei nº 10.207/01, que dispõe sobre a renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Crédito Educativo; PLC nº 108/01 que dá nova redação à alínea "e" do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977/95, que dispõe sobre o serviço de TV por assinatura (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior); PLC nº 132/01 que dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar; Indicação nº 4/02 que sugere seja objeto de estudo pela Comissão de Educação a criação da Universidade Federal da Região do Vale do Carií (CE); entre outras matérias.  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## MEDIDAS PROVISÓRIAS

## Senado aprova cartão-alimentação

## Franave terá recursos para cobrir déficit

Foi aprovado ontem o projeto de lei de conversão que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), destinada à cobertura de déficit da empresa até 31 de dezembro de 2003, principalmente com fornecedores e empregados.

O projeto também estabelece que o governo federal poderá implementar ações e obras destinadas à recuperação da hidrovía do Rio São Francisco. Como o projeto modificou medida provisória do Executivo, ele segue à sanção presidencial.

A Franave é resultado da fusão de três empresas, feita pelo governo federal em 1963 (Navegação Mineira, Navegação Baiana e a Companhia Indústria e Viação de Pirapora) e transporta produtos ao longo de 1.400 quilômetros do São Francisco.

## Executivo ganha nova estrutura administrativa

AMP que estabelece a nova estrutura do Poder Executivo, a começar pela Presidência da República — constituída pela Casa Civil, Secretaria Geral, Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica, Gabinete Pessoal e Gabinete de Segurança Institucional — foi aprovada pelo senadores na sessão de ontem. Como o texto do relator Antero Paes de Barros (PSDB-MT) alterou a matéria da Câmara, a MP precisa de nova votação pelos deputados para que se torne lei.

A medida cria dois novos órgãos de assessoramento do presidente (Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e define os 23 ministérios que compõem a administração pública federal, além de extinguir 73 cargos de direção e assessoramento superior.

## Voto de pesar pela morte de médico do Incor-SP

O Senado manifestou ontem voto de profundo pesar pela morte do médico Giovanni Bellotti, do Instituto do Coração (Incor), ocorrida no dia 14 de maio. A homenagem, que também inclui a apresentação de condolências à família do médico e ao Incor, foi proposta pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e inserida na ata da sessão de ontem.

O senador teve outro requerimento aprovado: voto de aplauso aos policiais, pela passagem do seu dia (21 de abril). A Mesa do Senado encaminhará a homenagem por intermédio dos comandantes e diretores-gerais das polícias de cada estado.

O Senado Federal aprovou ontem o projeto de lei de conversão (PLV) da medida provisória que cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), já conhecido como “cartão-alimentação”. O programa consiste na distribuição, por meio de cartão unificado, de benefícios financeiros para cada membro de família que se encontre em situação de insegurança alimentar. O projeto define segurança alimentar como “a garantia da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária”.

De acordo com o projeto de conversão, o Poder Executivo definirá os critérios para concessão do benefício, bem como a organização e os executores de cadas-

tramento da população junto ao programa. O valor do benefício e o período de duração também são prerrogativas do governo federal. O controle social do programa será feito em âmbito nacional pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O recebimento desse benefício não exclui a possibilidade de recebimentos de outros, como o Bolsa-Escola.

Um projeto-piloto do PNAA já está em andamento em dois municípios piauienses, onde 500 famílias foram escolhidas para receber meio salário mínimo por membro familiar. Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o programa começou por municípios de menor índice de renda *per capita*, mas será ampliado para todo o país.

## Secretaria deve promover políticas de igualdade racial

Medida provisória que institui a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial recebeu votação favorável do Plenário ontem. O órgão, que tem *status* de ministério, funciona des-



Eurípedes Camargo

de 21 de março, quando tomou posse para comandá-lo a professora Matilde Ribeiro. Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a medida provisória vai à promulgação.

A secretaria é um órgão de assessoramento do presidente da República e deve coordenar todas as políticas do governo de redução das desigualdades raciais, além de acompanhar as chama-

das “políticas afirmativas” e definir ações públicas para honrar os acordos internacionais de promoção da igualdade racial assinados pelo país.

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF), relator da medida, comemorou a criação da secretaria que, para ele, significa o resgate de uma dívida histórica com os negros brasileiros.

— A MP atende a uma necessidade e, em boa hora, resgata essa dívida. Muitos líderes negros importantes participaram da história dos 500 anos, como Zumbi dos Palmares — disse.

## Venda de soja transgênica pode ter prazo ampliado

Em votação simbólica, o Senado aprovou a MP que fixou as normas para comercialização da soja transgênica colhida na última safra. Os senadores e deputados fizeram algumas alterações no texto, inclusive autorizando o presidente da República a aumentar por 60 dias o prazo para a comercialização da soja, que se encerraria no dia 31 de janeiro de 2004.

A MP, relatada no Senado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), foi resultado de longas reuniões entre os ministérios do governo,

produtores rurais, associações de defesa do meio ambiente e de consumidores. Ficou acertado, e isso o Congresso não alterou, que a soja que não for exportada ou usada pela indústria até o final de janeiro próximo terá de ser queimada. A própria MP, que vai à sanção presidencial, adverte que, após essa exceção, volta a valer a Lei de Biossegurança, que proíbe a comercialização de produtos transgênicos — com isso, os grãos da atual safra não podem ser plantados pelos agricultores.



Eduardo Siqueira Campos (C) presidiu sessão em que os senadores aprovaram cinco projetos de conversão de medidas provisórias

## Polícia Federal poderá ter mais 3 mil servidores

A criação de mais 3.090 cargos na estrutura do Departamento de Polícia Federal foi aprovada ontem pelo Senado. A medida faz parte do projeto de lei de conversão, originado da Medida Provisória nº 112, de 2003, que trata, ainda, da revisão da tabela de vencimentos dos auditores-fiscais da Receita Federal (aqueles nomeados até 29/07/99 serão posicionados nas mesmas classes e padrões da tabela de vencimentos dos auditores-fiscais da Previdência Social e do Trabalho).

A prorrogação dos contratos firmados no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e a contratação de pessoal técnico temporário para a Agência Nacional de Cinema (Ancine) constam da matéria, que vai à sanção presidencial.

Além de instituir cargos de delegado (450), perito criminal (450),

agente (1.290), escrivão (600) e papiloscopista (300), a proposição estrutura o plano especial de cargos da Polícia Federal. Um dos segmentos mais beneficiados foi o dos servidores da carreira de apoio, assinalaram os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Aspiração antiga do senador Romeu Tuma (PFL-SP), diretor-geral da PF na década de 80, a ampliação do efetivo policial federal foi por ele festejada e classificada como um “ato de coragem” do governo Lula da Silva.

Também renderam homenagens à instituição policial o relator-revisor Tião Viana (PT-AC) e os senadores Almeida Lima (PDT-SE), Renan Calheiros (PMDB-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

## Autorizado concurso para 500 agentes penitenciários

Na mesma sessão, o Plenário aprovou medida provisória criando a carreira de agente penitenciário federal no quadro de pessoal do Ministério da Justiça. Serão 500 cargos efetivos e de nível médio, preenchidos por concurso público. A remuneração deverá variar de R\$ 2.226,35 a R\$ 3.249,38.

Foi acatada emenda do relator Pedro Simon (PMDB-RS), que autoriza a Polícia Federal a contratar, em caráter excepcional e durante um ano (prorrogável por igual período), até 200 especialistas em segurança pública, com a remuneração mensal de R\$ 2 mil. Em função das



Aloizio Mercadante

mudanças introduzidas pelo Senado, a matéria volta à apreciação da Câmara.

A inserção dessa medida foi solicitada pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pela necessidade de substituição imediata dos agentes desviados de função e recebendo diárias para cuidar da custódia, vigilância, guarda e assistência em presídios federais.

— Essa contratação emergencial e a realização imediata de concurso público vai ajudar o Brasil a enfrentar e derrotar o narcotráfico e o crime organizado — afirmou Mercadante.

# Iris propõe cota para aluno carente nas universidades

Projeto da senadora reserva 30% das vagas nas instituições públicas para filhos de famílias com renda inferior a cinco salários mínimos

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) vai apresentar projeto adotando o sistema de cotas nas universidades públicas, reservando 30% das vagas para alunos com renda familiar inferior a cinco salários mínimos.

— Meu projeto oferece às classes mais baixas condições de ascensão social similares àquelas de que gozam os filhos das classes abastadas. Importa assegurar um percentual das vagas nas instituições públicas de ensino superior para os candidatos que delas realmente precisam. Trata-se de garantir uma espécie de espaço contingenciado, dentro da pre-



Iris informou que os 7% mais ricos da população ficam com 27% das vagas

missa de estimular a mobilidade social, dando oportunidades àqueles que não podem pagar seus estudos — explicou ontem a senadora.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias com renda mensal de até três salários mínimos representam 40% da população, mas respondem por apenas 5% das matrículas no ensino superior, enquanto as famílias com renda entre 20 e 50 salários mínimos, que são 7% da população, ocupam 27% das vagas.

— Há quatro vezes mais ricos na universidade, e há oito vezes

menos pobres — assinalou.

Citando dados do Ministério da Educação (MEC), em 1996, Iris informou que 74,7% dos inscritos nos vestibulares das universidades estatais são alunos da rede pública. Mas 55% dos aprovados são oriundos do ensino privado.

— O melhor ensino básico está na rede privada. O melhor ensino superior é o público e, para chegar a ele, faz-se necessária a boa formação oferecida pelo ensino básico privado. Em todos os níveis, quem não pode pagar fica excluído do melhor ensino.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o discurso de Iris deveria ser lido todos os dias para mostrar aos parlamentares o que deveriam fazer com a educação. O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu o reestudo do papel das universidades públicas.

## Lúcia Vânia é a nova presidente da CAS

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi eleita, por unanimidade, presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em substituição a Romero Jucá (PMDB-RR). Dos 29 titulares da comissão, 25 compareceram à reunião de ontem e votaram favoravelmente à indicação do PSDB. Jucá deixou a função por ter se filiado ao PMDB na primeira quinzena deste mês.

A senadora agradeceu os votos que recebeu e disse esperar a co-



Lúcia Vânia disse que pretende acelerar as votações na comissão

laboração de todos os integrantes do colegiado. Ela afirmou que pretende acelerar as votações e facilitar a atuação das subcomissões em funcionamento na CAS. Lúcia Vânia manifestou ainda sua intenção de cuidar, no âmbito da comissão, das ações de prevenção na área social.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) relatou a relevância dos trabalhos da CAS, observando que Lúcia Vânia será a primeira mu-

lher a dirigir a comissão. Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) falou em nome da bancada do seu partido para dar as boas-vindas à senadora, recordando o trabalho social feito por ela quando ocupou a Secretaria de Assistência Social no primeiro governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Cumprimentaram ainda a nova presidente Demostenes Torres (PFL-GO), César Borges (BA), Patrícia Saboya (PPS-CE), Iris de Araújo (PMDB-GO), Leonel Pavan (PSDB-SC), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Flávio Arns (PT-PR), Renildo Santana (PFL-SE) e Papaléo Paes (PMDB-AP).

## Comissão ouve Benedita antes de votação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento da senadora Lúcia Vânia para adiar a votação de projeto que modifica a sistemática de atuação do Conselho Nacional de Assistência Social. A senadora quer, antes, realizar audiência pública com a ministra de Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, conforme decisão já tomada pela comissão. Outro assunto sobre o qual Lúcia Vânia pretende

ouvir a ministra é o da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social.

Também foi aprovado requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR), em que ele pede a realização de reunião para debater a implementação de serviços estruturados para o atendimento



Flávio Arns quer debater atendimento psicológico no país

no país de pessoas com necessidades psicológicas especiais. Arns ponderou que o encontro servirá para municiar os parlamentares que vão participar da 6ª Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, que ocorrerá em Brasília em julho.

## Pavan critica corte de verbas para formar mão-de-obra

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou ontem a preocupação do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique (PMDB), com o esvaziamento do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor). O senador disse que, embora haja consenso sobre a necessidade



Pavan: redução de 61% nos programas de capacitação profissional

do Planfor para a capacitação profissional de mão-de-obra, a imprensa revela que o governo federal está decidido a cortar seus recursos em 61%, reduzindo a dotação de R\$ 132 milhões em 2002 para R\$ 52 milhões neste ano.

O Planfor, ligado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), surgiu em 1995, lembrou o senador, com o objetivo de qualificar anualmente 20% da população economicamente ativa, ou seja, 15 milhões de pessoas. Para executar seus projetos e cursos, o Planfor estabelece parcerias com organizações não-governamentais, sindicatos e universidades, além das escolas técnicas do governo.

Na Lei Orçamentária de 2002,

observou o senador, estavam previstos recursos de cerca de R\$ 184 milhões, mas houve “um corte radical” e o programa ficou apenas com R\$ 52 milhões. Pavan informou que o mesmo ocorreu com o Programa de Intermediação de Mão-de-Obra, que recebeu apenas R\$ 69 milhões de um total de R\$ 119 milhões.

No caso de Santa Catarina, conforme Leonel Pavan, dos R\$ 5 milhões previstos inicialmente restou apenas R\$ 1,5 milhão. No que se refere ao Programa de Intermediação de Mão-de-Obra, o corte representou mais da metade dos quase R\$ 4,4 milhões.

Em apartes, César Borges (PFL-BA) e Mão Santa (PMDB-PI) criticaram a falta de recursos para o programa. O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) admitiu que o Distrito Federal foi um dos locais onde houve denúncias de fraudes na aplicação das verbas, mas que agora elas já deveriam estar sendo liberadas.

## Tourinho quer ampliar a força das exportações

O aumento da participação do setor externo é fundamental para melhorar o quadro geral da economia, incrementando a geração de renda e emprego e recuperando a credibilidade do país, afirmou ontem o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ele analisou as dificuldades do país em melhorar sua posição no comércio internacional e as medidas que o governo deve adotar para isso.

— Estou seguro do caminho de maior inserção do país na economia internacional como sendo o único a debelar as mazelas que comprometem o futuro de nossas gerações. Mas não se deve perder de vista as complexidades do quadro internacional, sobretudo para um país que precisa crescer e que detém apenas 1% dos fluxos do comércio mundial — analisou.

Tourinho enumerou fatores que têm impedido melhores re-

sultados na balança comercial. A ameaça de retorno da inflação, a instabilidade do câmbio e a volatilidade dos fluxos de capital são alguns deles.

— O valor elevado do déficit em conta corrente e o insuficiente crescimento das exportações são elementos que conformam a dinâmica do chamado risco Brasil

— acrescentou. Tourinho disse que o país deve prestigiar os foros internacionais, a despeito das dificuldades por que vêm passando a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do

Comércio (OMC). O senador defendeu que as negociações para a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) levem em consideração o respeito à colocação de produtos brasileiros livres dos subsídios concedidos pelos outros países e de barreiras tarifárias.



Tourinho: caminho certo é inserção do país na economia mundial



Célio Azevedo

Para Camata, lei atual estimula omissão tanto do poder público como do proprietário rural

## Camata propõe reflorestamento obrigatório

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto de lei que altera o Código Florestal, de forma a obrigar os donos de propriedade rural a realizar o florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente. A proposta, que tem caráter terminativo, está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela legislação atual, o poder público federal pode fazer o plantio da área desmatada se o proprietário não o fizer. Além disso, a redação vigente prevê a indenização do dono da propriedade caso ele esteja utilizando a região deteriorada com alguma cultura.

“O Código Florestal vem estimulando a omissão tanto do poder público como do proprietário rural, um vez que não obriga a nenhum”, argumenta o senador.

### COERÊNCIA

A proposta também se justifica, de acordo com Gerson Camata, porque traz maior coerência ao ordenamento jurídico ambiental brasileiro. Camata explica que a legislação ambiental do país considera objetiva a responsabilidade pelos danos ambientais, ou seja, aquele que deteriora o ambiente tem a obrigação de repará-lo.

As áreas de preservação permanente são aquelas que têm por função a preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica, da biodiversidade e do fluxo da fauna e da flora, além de protegerem o solo e assegurarem o bem-estar das populações humanas. Segundo Camata, os resultados da destruição da vegetação dessas áreas são a erosão dos terrenos e o assoreamento dos rios, o que compromete a disponibilidade e a qualidade da água.

# Comissão aprova anistia de débito gerado por norma inconstitucional

Recolhimento de agroindústrias para o INSS era baseado em lei depois considerada nula pelo STF. Projeto busca evitar que empresas sejam obrigadas a pagar diferenças em relação à regra anterior

Os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram parecer do senador Osmar Dias (PDT-PR) favorável a projeto de lei da Câmara que permite a anistia de débito das agroindústrias com a Previdência Social no período de abril de 1994 a abril de 1997. O relator disse que a iniciativa é justa, já que os empresários estão sendo cobrados e punidos por haverem cumprido uma lei que à época era considerada constitucional.

Segundo Osmar Dias, até março de 1994 as agroindústrias eram obrigadas a recolher 20% sobre a folha de salários para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em abril, disse, foi fixado o percentual de 2,5% a ser recolhido



José Cruz

Como relator, Osmar Dias explicou aos integrantes da CAS a situação criada para as empresas com a declaração de inconstitucionalidade da lei

pelas empresas sobre a produção agrícola estimada, regra mantida até abril de 1997. Neste mês, acrescentou o senador, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a lei inconstitucional, e agora as em-

presas estão sendo obrigadas a pagar a diferença entre o valor recolhido de acordo com a segunda regra e os 20% anteriores.

O relator salientou que o projeto perdoa a dívida pelo fato de os

agroindustriais terem cumprido a lei em vigor à época.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que, em sua opinião, a situação é fruto de uma “grande confusão”, pois o Supremo considerou inconstitucional uma lei que vigorou por três anos. “Os agroindustriais estão fora desse julgamento, pois cumpriram uma lei e o Congresso tem que resolver esse assunto urgentemente”, recomendou.

Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Patrícia Saboya (PPS-CE) manifestaram apoio ao projeto. Ela ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário.

## Afif pede apoio de Paim para veto a aumento de contribuição

O vice-presidente do Senado, no exercício da presidência, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, que pediu apoio a um possível veto do presidente da República ao artigo 22 do projeto de conversão da Medida Provisória nº 107 aprovado pelo Congresso Nacional.

Afif disse que o dispositivo, que

prevê aumento da contribuição social sobre lucro presumido, de 12% para 32%, é fruto de “uma visão burocrática da Receita Federal”.

Paim disse que vai levar o assunto ao presidente Lula.

— O momento é de diálogo e o presidente Lula é sensível a essas questões. Vamos buscar uma saída negociada para gerar mais emprego, jamais o desemprego.



Jane de Araújo

Afif Domingos disse a Paulo Paim que aumento da contribuição social sobre lucro presumido é fruto de “uma visão burocrática”

### VENDA DA CEMIG

## Hélio Costa quer explicações da AES sobre dívida não paga

A companhia norte-americana AES poderá ter que explicar no Senado por que não cumpriu acordo feito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento da aquisição de parte das ações das em-



Genildo Almgala

Hélio Costa pede audiência pública na CAE

presas elétricas Eletropaulo e Cemig. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) decidiu pedir a realização de audiência sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, e os controladores da Cemig (governo de Minas) e da Eletropaulo (AES).

O contrato previa um prazo de carência de cinco anos, expirado este ano, com a obrigação de que fosse quitada a primeira parcela, de cerca de R\$ 87 milhões. Do total, cerca de R\$ 57 milhões caberiam à AES, que não honrou o compromisso. Diante disso, o Opportunity também não pagou, ficando toda a parcela em aberto.

## Saturnino: operação com BNDES foi “um escândalo”

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) manifestou, em nome do seu partido, apoio à iniciativa do senador Hélio Costa (PMDB-MG) de propor a realização de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que a compa-



Genildo Almgala

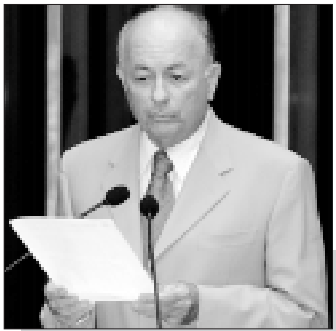
Saturnino apóia pedido de audiência

nhia norte-americana AES explique os motivos pelos quais não cumpriu acordo feito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar a compra de parte das ações das empresas elétricas Eletropaulo e Cemig.

— Por tudo o que se sabe dessa operação ela é um escândalo. Não há outra expressão. O BNDES foi

saqueado com a conivência da administração de então. Isso nos leva a querer conhecer todos os detalhes, até para tomar as providências cabíveis onde houver e se houver, até na área penal — afirmou Saturnino.

A utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiamento da compra de patrimônio nacional por uma empresa estrangeira também foi criticada. Saturnino ainda estranhou aspectos do contrato, que impõe “condições de carência enormes e garantias frágeis que deixaram o BNDES sem condições de reaver o que aplicou”.



Roosevelt Pinheiro

Plano elaborado para região garante abastecimento até o ano de 2007, afirma José Jorge

## José Jorge quer garantir energia no Nordeste

O Nordeste estará com o abastecimento de energia elétrica garantido até 2007, desde que o governo Luiz Inácio Lula da Silva “não cometa a irresponsabilidade” de suspender as obras de construção de termelétricas e de novas linhas de transmissão que saem do Sudeste e de Tucuruí (PA), afirmou, em discurso da tribuna, o senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso.

O plano para o Nordeste foi elaborado durante o racionamento de 2001 e previa também a duplicação da capacidade de Tucuruí de 4.000 para 8.000 megawatts — essas obras estão inclusive adiantadas. O Nordeste deverá receber 1.300 megawatts dessa capacidade, mas José Jorge entende que os nordestinos poderão receber quase o dobro dessa capacidade.

As opções de abastecimento do Nordeste foram feitas levando em consideração que o Rio São Francisco, quase a única fonte hidrelétrica da região, chegou à sua capacidade máxima.

### TRANSMISSÃO

O projeto das linhas de transmissão que ligarão Tucuruí ao Nordeste já se encontra em execução, informou o senador. Uma dessas linhas levará energia para Teresina (PI) e Fortaleza (CE), mas a obra ainda não foi licitada. Já a ligação do sistema Sudeste com o Nordeste, conforme José Jorge, será feita pela usina de Serra da Mesa, no norte de Goiás, que é interligada às hidrelétricas do Sudeste. A linha de Serra da Mesa ao Recôncavo Baiano está em construção.

Ainda de acordo com o senador, o abastecimento do Nordeste será completado por dez termelétricas a gás natural, a maior parte em construção, e algumas tendo a Petrobras como sócia. O custo dessa energia é mais elevado e as termelétricas serão acionadas apenas nas horas de maior consumo, disse.

# Comissão aprova nomes para agência da Amazônia

Indicada para diretora-geral da ADA afirma que, na prática, órgão funciona como uma consultoria, mas será reestruturado pelo governo

A Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) está mais próxima de começar a operar em sua plenitude. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem pareceres favoráveis às indicações de Maria do Carmo Martins Lima, Djalma Bezerra Mello e Georgett Motta Cavalcante para a diretoria da instituição. A agência foi criada no governo Fernando Henrique Cardoso para substituir a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A indicada para o cargo de diretor-geral da ADA, Maria do Carmo Martins Lima, disse que a agência de desenvolvimento está impossibilitada de analisar qualquer projeto. Possui apenas um economista e um administrador entre os seus 45 servidores. A atividade da ADA, segundo ela, se restringe, atualmente, a analisar os pedidos de redução de Imposto de Renda deferidos pela Receita Federal e registrar doações feitas a empresas da Amazônia. “Virou uma consultoria”, lamentou.

Durante sua exposição, a ex-deputada estadual Maria do Carmo, que liderou a bancada do PT na Assembléia Legislativa do



Célio Azevedo

Mensagens de indicação de três diretores, analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, dependem ainda de votação no Plenário

Pará até o ano passado, lembrou que como parlamentar esteve à frente do movimento contrário à extinção da Sudam. Ressaltou o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de promover a reestruturação da entidade.

### INCENTIVOS

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que é o instrumento de que dispõe a ADA para promover os investimentos na região, também será reestruturado. Maria do Carmo afirmou que há um grupo integrado por representantes dos Ministérios da Integração Nacional, Fazenda e Planejamento formulando as mu-

danças a serem propostas nas regras do fundo, principalmente para possibilitar a aplicação dos incentivos em obras públicas de infra-estrutura, como a construção e recuperação de rodovias, a exemplo da Cuiabá-Santarém.

O relatório favorável elaborado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), lido por Roberto Saturnino (PT-RJ), destaca a carreira política e profissional da indicada. Maria do Carmo fez especialização em Direito Comercial Internacional no College of Saint Thomas em Saint Paul, do estado norte-americano de Minneapolis.

## Senadores apontam desafios a serem enfrentados

Durante a sabatina dos três indicados para a diretoria da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) chamou a atenção da Comissão de Assuntos Econômicos para as dificuldades que os futuros dirigentes vão enfrentar, “que é a reestruturação da própria agência”.

Os fundos constitucionais e os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são, segundo Jonas Pinheiro, muito mais vantajosos que o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA). Um dos problemas, disse ele, é a ele-



Célio Azevedo

Jonas Pinheiro: juro alto prejudica Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

vada taxa de juros fixada para os recursos do FDA — atualmente em 16,65% ao ano.

Jonas Pinheiro informou que a iniciativa privada vai estar à frente do asfaltamento dos 709 quilômetros da Cuiabá-Santarém, no Pará, dos 77 quilômetros que

faltam ser asfaltados em Mato Grosso e dos trechos que precisam ser recuperados. “As obras poderão estar concluídas em três anos”, afirmou, explicando que participou da reunião que o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS) teve quarta-feira no Ministério dos Transportes.

Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) indagou quais os

planos da diretoria indicada da ADA para o seu estado. Em resposta, Maria do Carmo Martins Lima, que deve ocupar a direção geral, elogiou o modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado pelo Acre e Amapá. “É o melhor modelo entre os dois que foram adotados na região amazônica”, declarou.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou o desafio que os diretores da ADA terão de enfrentar na formulação do planejamento estratégico para a região amazônica, que corresponde a 60% do território nacional.

— É missão extraordinária — ressaltou Ramez Tebet, antes de anunciar o resultado da votação que aprovou as três mensagens encaminhadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aprovação prévia do Senado.

## Indicações de embaixadores têm parecer favorável

Em reunião realizada ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou relatório do senador João Ribeiro (PFL-TO) favorável ao nome do embaixador José Augusto Lindgren Alves para ocupar, cumulativamente com o cargo de embaixador na Bulgária, o de representante na Macedônia. O nome de César de Faria Domingues Moreira também recebeu relatório favorável do senador José Agripino (PFL-RN), para ocupar, cumulativamente com a embaixada na Noruega, a chancelaria do Brasil na Islândia.

Foram aprovados dois pareceres, um de Marco Maciel (PFL-PE) e outro de Tião Viana (PT-AC), determinando arquivamento de duas auditorias realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores em embaixadas no exterior.

## Paim vai conhecer o funcionamento da Anatel

O vice-presidente do Senado, no exercício da presidência, senador Paulo Paim (PT-RS), recebeu convite do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, para visitar a entidade, com o objetivo de aumentar o grau de transparência da atuação do órgão. Paim aceitou o convite.

## CAE ouvirá dirigente do BC sul-africano

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em reunião extraordinária, requerimento dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Fernando Bezerra (PTB-RN) para realização de audiência pública no dia 18 de junho com a presença do presidente do Banco Central da África do Sul, Tito Mbowene, que visitará o Brasil naquela data. Os dois senadores ressaltaram a importância de a CAE conhecer a experiência de autonomia operacional do Banco Central daquele país e a condução da sua política monetária.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), confirmou audiência pública na próxima terça-feira, às 11h, com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, solicitada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), e com o coordenador temático da Frente Nacional de Prefeitos, Marcelo Déda, prefeito de Aracaju (SE), cujo requerimento foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

# TV poderá transmitir reuniões do Copom

Proposta de Eduardo Suplicy prevê divulgação pela Radiobrás de encontros do comitê do Banco Central. Senador considera importante que a sociedade acompanhe decisões sobre política monetária e cambial

## Jefferson cobra apuração de "escândalo" das CC-5

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), alertou para a gravidade do depoimento prestado à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) pelo delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto, que revelou o envolvimento de 1.600 brasileiros, incluídos aí empresários e políticos "de renome", na remessa ilegal de US\$ 30 bilhões ao exterior.

— Aqui isso se passa como se fosse uma coisa banal. Ninguém dá a atenção devida a esse escândalo, um dos maiores da República, se for de fato verdadeiro — afirmou.

Segundo lembrou o senador, o delegado da PF estranhou ter sido afastado inexplicavelmente do caso em maio de 2002, auge das investigações. Ao ser reintegrado à equipe, em março passado, teve negado o pedido de prorrogação do trabalho investigativo nos Estados Unidos.

— Há dias que ele não consegue sequer falar com seu chefe imediato — disse o senador.

## Simon: "É preciso identificar quem enviou dinheiro ilegal"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o aprofundamento das investigações sobre a remessa ilegal de US\$ 30 bilhões para os Estados Unidos através das contas CC-5, após ouvir, terça-feira, o depoimento do delegado da Polícia Federal José Francisco de Castilho Neto, na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

Simon sugeriu a convocação dos procuradores Celso Três, que começou as investigações há cinco anos no Paraná, e Mônica Sacamori. Segundo o senador, "é preciso identificar quem enviou dinheiro ilegal para o exterior e tentar repatriar esse dinheiro".

As CC-5 são contas mantidas em instituições financeiras não-brasileiras que podem ser abertas por brasileiros natos ou por estrangeiros residentes. É mecanismo também utilizado para a "lavagem" de dinheiro proveniente do tráfico de



Jefferson Péres poderá solicitar audiências públicas com ministros da Justiça e da Fazenda

Jefferson pediu esclarecimentos sobre a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que seria criada para investigar o assunto. Sua solicitação dirigiu-se especificamente à senadora Ideli Salvatti (PT-SC), autora de requerimento para instalação da CPI.

Se a senadora desistir desse encaminhamento, Jefferson afirmou que irá solicitar audiência pública com os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Fazenda, Antonio Palocci.

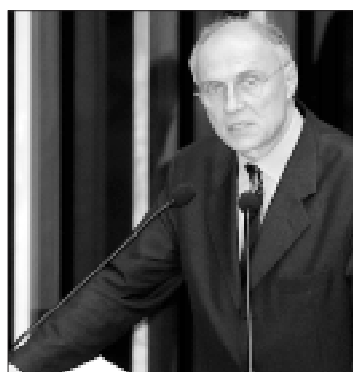


Pedro Simon sugere convocação do procurador que iniciou investigações sobre remessa ilegal

drogas, sonegação fiscal e corrupção. O delegado, que compareceu ao Senado acompanhado do perito Renato Barbosa, disse que foi afastado sem explicações das investigações em maio de 2002, sendo reconduzido apenas em fevereiro deste ano. "Apesar da interrupção nas investigações, estamos conseguindo fazer o raio-x da corrupção no Brasil", afirmou o policial.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que vai apresentar emenda aditiva a projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), propondo que as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, sejam transmitidas pela televisão. Ao iniciar seu pronunciamento, ele defendeu que a transmissão fosse feita pela TV Senado, mas, depois de aparte do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), relator da matéria, Suplicy concordou que o senador baiano apresente substitutivo ao texto original sugerindo que a Radiobrás fique encarregada do registro e veiculação do material gravado.

O projeto de Suplicy que deverá receber a emenda aditiva obriga a TV Senado a transmitir as reuniões dos conselhos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do



Eduardo Suplicy já tem projeto determinando transmissão de reuniões de diversos conselhos

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Conselho Nacional de Seguridade Social (CNS) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). O objetivo é permitir que a população saiba o que acontece nessas reuniões.

Para o caso específico do Copom,

## Suassuna quer aperfeiçoar agências

Só "o tempo e o bom senso" indicarão se a legislação sobre as agências reguladoras de serviços deve ser alterada e que mudanças devem ser feitas. A afirmação é do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao lamentar que a própria população venha se mostrando insatisfeita com o trabalho das agências.

— A idéia das agências, em si, é boa. Não convém descartá-la. Resta aperfeiçoá-la, e essa tarefa é do Legislativo — sustentou.

Suassuna entende que os mecanismos de controle e transpa-



Ney Suassuna deseja evitar "descalabros"

rência na composição das tarifas devem ser metas "incansavelmente perseguidas pelos legisladores", evitando-se "os descabros observados no Brasil pós-privatização". O senador lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "causou estupefação" ao dizer aos

brasileiros que ele não tinha poder sequer para decidir sobre o preço do litro da gasolina.

O poder das agências reguladoras, conforme o senador, às vezes se sobrepõe às três instâncias de poder das democracias moder-

nas. Elas "tomam emprestada" do Executivo a função administrativa, do Legislativo a função reguladora e do Judiciário a solução de contenciosos — no caso, entre os consumidores e as empresas fornecedoras de energia elétrica, de telefone e outros serviços.

Em apartes, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que as agências "ainda não disseram a que vieram" e que, até agora, o "surto de privatização não logrou êxito". José Jorge (PFL-PE) lamentou que "todo dia" um ministro ou outra pessoa critique as agências. O governo, sustentou, precisa respeitar as agências para que elas possam cumprir seu papel.

## Público faz fila por livro de Sérgio Cabral

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) autografou 3 mil exemplares do livro *Os Direitos da Terceira Idade*, que lançou ontem na 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro (foto). O público, composto em sua grande maioria por idosos, fez longa fila para receber a publicação no estande que o Senado montou no evento.

Segundo o livro, o Brasil possui 15,4 milhões de idosos, o que corresponde a 8,8% da população. Esse percentual sobe para 11% no estado do Rio de Janeiro

e para 13,2% na capital. O senador, presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, acredita que muito deve ser feito pela terceira idade.

Hoje, Roberto Saturnino (PT-RJ) autografa o livro *Atividade Parlamentar 2002/2003* e a 11ª edição da revista *Vertente Socialista*. Amanhã, Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentará o livro *Um Sonho que se Tornou Realidade*, sobre trabalho assistencial desenvolvido no Nordeste.



# Fátima sugere frente ampla contra a corrupção

Desvio de recursos públicos deve ser combatido pelo governo, Parlamento e toda a sociedade, afirma senadora. Ela ressalta a importância da fiscalização organizada a partir de sorteios públicos

O combate à corrupção é necessidade imperiosa, que deve envolver governo, Parlamento e toda a sociedade, defendeu a senadora Fátima Cleide (PT-RO). O governo, por meio da Controladoria Geral da União, já tomou a iniciativa de fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados aos municípios nos últimos anos em programa organizado a partir de sorteios públicos, "uma das iniciativas mais importantes dos primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva", disse a senadora.

O programa reafirma o "Compromisso anticorrupção" firmado por Lula, quando candidato à



Fátima Cleide denuncia ameaças sofridas por vereadora do município de Vilhena

Presidência, com a organização não-governamental (ONG) Transparência Brasil, acrescentou.

Já há também iniciativas no âmbito da sociedade, apontou Fátima Cleide, que citou o caso do município de Ribeirão Bonito (SP), em que membros da ONG Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo) denunciaram um esquema de corrupção que levou o prefeito à renúncia e à prisão. O exemplo, na opinião da parlamentar, ilustra como a sociedade pode interferir e responsabilizar criminalmente os que desviavam recursos públicos.

Para Fátima Cleide, infelizmente as pessoas que combatem a corrupção ficam sujeitas a ameaças dos envolvidos nas irregulari-

dades denunciadas. Os membros da Amarribo sofreram tais ameaças, assim como está ocorrendo com a vereadora do município de Vilhena (RO) Marlene Aparecida, a quem a senadora fez questão de registrar solidariedade. Na cidade, disse a parlamentar, há dois anos oito vereadores vinham se apropriando de dinheiro público por meio do recebimento ilegal de diárias.

São casos semelhantes que explicam a nota 4 do Brasil no ranking de 102 países pesquisados pela Transparência Internacional, alertou, lembrando que o Chile recebeu 7,5, e a Costa Rica, 4,5.



Arthur Virgílio propõe convite a empresários para apurar suposto caso de corrupção

## Comissão pode analisar caso de Santo André

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve votar na próxima quarta-feira requerimento do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), convidando os empresários Sérgio Gomes da Silva, conhecido como Sombra, e Rosângela Gabrielli, além do representante do Ministério Público Roberto Wider, para prestarem esclarecimentos sobre suposto esquema de corrupção na prefeitura de Santo André (SP).

Na mesma reunião, a CFC, presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), votará requerimento de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Pedro Simon (PMDB-RS) de convite ao procurador da República Celso Três e à promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná Mônica Sakamori, para falarem sobre fatos surgidos em decorrência da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios, que funcionou no Senado entre 1996 e 1997.

Consta da pauta, ainda, requerimento de Arthur Virgílio convidando o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e o procurador Luiz Francisco de Souza, para que este possa esclarecer denúncias não comprovadas contra Eduardo Jorge.

Com o objetivo de combater de forma rápida denúncias de corrupção, Antero anunciou que irá apresentar proposta de emenda à Constituição ampliando os poderes de investigação de comissões e subcomissões permanentes do Senado e da Câmara.

## César Borges pede investigação nas prefeituras de Itabuna e Alagoinhas

O senador César Borges (PFL-BA) elogiou a metodologia de sorteio adotada pela Controladoria Geral da União para escolha dos municípios a serem submetidos a auditoria na aplicação de verbas federais. Entretanto, como dois municípios baianos, Porto Seguro e Maragogipe, foram incluídos na força-tarefa da Controladoria extra-sorteio, o senador pleiteou medida idêntica para mais dois municípios, Itabuna e Alagoinhas, geridos pelo PT e "que enfrentam também grave crise sob o ponto de vista da moral administrativa".

Diante da quebra dessa meto-

dologia, César Borges decidiu propor a investigação em prefeituras que "sofrem graves acusações, de modo a retirar a suspeição dos trabalhos da corregedoria".

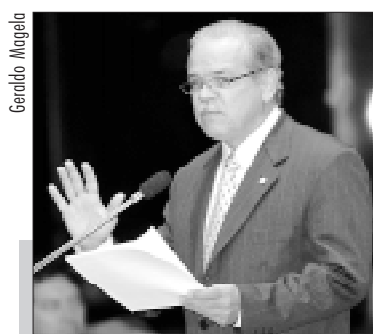
Em Itabuna, segundo o senador, o Ministério Público teria ingressado com ação civil pública, por improbidade administrativa, e ação penal, por crime de responsabilidade por danos causados ao erário, contra o prefeito Geraldo Simões.

— Os promotores acusam o desvio de R\$ 7 milhões em recursos públicos destinados à saúde, no período de fevereiro de 2002 a abril de 2003, em favor de uma associação ligada ao PT.

As denúncias dirigidas contra o prefeito de Alagoinhas, Joseildo Ramos, também se concentram na aplicação de recursos estaduais e federais para a saúde. Segundo o senador baiano, esse município teria recebido do governo federal, de janeiro a abril de 2003, R\$ 7 milhões para o setor.

— Entretanto, faltam luvas, medicamentos e até ambulância nos postos de saúde — afirmou.

César Borges disse ainda que o prefeito de Alagoinhas foi denunciado pelo Ministério Público e condenado pelo Tribunal de Contas do Município por contratar empresa de comunicação de funcionários vincula-



César Borges: realização de auditorias demonstrará "indispensável isenção"

dos ao seu gabinete para intermediar, entre outros serviços, gastos com festejos juninos.

Além de reforçar a idoneidade do trabalho da Controladoria Geral, a realização das auditorias, na sua opinião, será uma "demonstração pública da indispensável isenção com que se deve conduzir esse organismo".

## Antonio Carlos cobra auditorias nos dois municípios

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitou à Controladoria Geral da União a apuração de denúncias envolvendo os prefeitos dos municípios de Itabuna (BA), Geraldo Simões, e Alagoinhas (BA), Joseildo Ramos, ambos integrantes do PT. Ele disse que alguns dos fatos denunciados já foram julgados pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) de Alagoinhas.

Em pronunciamento anterior sobre o mesmo assunto, o senador César Borges informou que, em Itabuna, o Ministério Público já teria ingressado com uma ação

civil pública e uma ação penal contra o prefeito. Em Alagoinhas, onde o prefeito foi condenado pelo TCM, também depois de denúncia do Ministério Público, as denúncias abrangem a má aplicação de recursos estaduais e federais destinados à saúde, segundo César Borges.

— Sei que as lideranças do PT e do governo não concordam com



Antonio Carlos: prefeituras governadas pelo PT precisam ser investigadas

o que está ocorrendo nesses dois municípios. Peço providências imediatas, sobretudo porque o controlador-geral da República, Waldir Pires, candidato derrotado na disputa pelo Senado na Bahia, tem obrigação de determinar investigação nos municípios administrados pelo PT como está fazendo com os de outros partidos — afir-

mou Antonio Carlos.

Logo em seguida, o senador Tião Viana (PT-AC) agradeceu a contribuição do senador baiano e esclareceu que o PT tem como um dos seus pilares apurar rigorosamente qualquer suspeita que paira sobre as administrações do partido. Ele também manifestou respeito pelo prefeito Geraldo Simões e disse considerar que a presença de Waldir Pires na Controladoria Geral garante uma elucidação isenta do caso, "como está sendo feito em Porto Seguro, depois que os jornais noticiaram um escândalo naquele município".